

O ESCRITÓRIO DE CONTABILIDADE, A PEQUENA EMPRESA E O PROCESSO DECISÓRIO: UM ESTUDO DE CASO

JULIANA MAFRA SALGADO (UFLA)¹
LUIS ANTONIO ABRANTES (UFViçosa)²
GUSTAVO QUIROGA SOUKI (UFLA)³

Resumo

Este trabalho propõe discutir sobre a importância e utilização da informação contábil como instrumento para tomada de decisão em micro e pequenas empresas. Nos últimos anos, as importantes mudanças estruturais pelas quais o setor empresarial brasileiro tem passado exigem de toda a estrutura empresarial uma melhoria na eficiência técnica, administrativa e produtiva, por meio da administração, e controle das atividades desenvolvidas na empresa. A informação passa a ser fundamental, pois proporciona a sustentação para a tomada de decisões. Neste sentido, uma ferramenta de grande importância é a contabilidade, que gera informações que permitem acompanhar o crescimento e desenvolvimento das empresas ao longo de períodos distintos, além de possibilitar uma visão mais real dos seus ativos e obrigações. Assim, procura-se verificar, num estudo de caso, o perfil dos pequenos empresários no que tange à utilização das informações contábeis para o gerenciamento de seus negócios. Informações estas que se referem tanto à composição dos investimentos, quanto ao grau de endividamento, os principais fatores que contribuem para a queda da rentabilidade, bem como o nível de imobilização.

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, o setor empresarial brasileiro tem passado por importantes mudanças estruturais, tais como o desenvolvimento do setor industrial, a evolução do mercado consumidor e o aumento da competitividade nos mercados nacional e internacional.

Em função destas mudanças, é exigida de toda a estrutura empresarial, e em especial de seu gestor, uma melhoria na eficiência técnica, administrativa e produtiva, por meio da administração e controle das atividades desenvolvidas na empresa. É imprescindível ao administrador colher informações que lhe permitam avaliar alternativas e analisar os possíveis resultados, de forma a reduzir os riscos e incertezas no processo decisório.

¹ Administradora, Mestranda em Administração pela Universidade Federal de Lavras.

² Professor do Departamento de Administração, da Universidade Federal de Viçosa, e Mestre em Administração, pela Universidade Federal de Lavras.

³ Médico veterinário, Especialista em Informática na Agropecuária, Mestre em Administração Rural e Doutorando em Administração, pela Universidade Federal de Lavras.

Estas informações são resultantes do que, na realidade, ocorre no empreendimento e podem ser geradas através da classificação e organização dos dados referentes ao movimento econômico-financeiro diário da empresa.

O pequeno empresário, no geral, carece de informações tanto sobre seu nível de imobilização quanto sobre a composição dos investimentos e o seu grau de endividamento, que se constituem nos principais fatores que contribuem para a queda da rentabilidade.

Assim, a informação passa a ser fundamental no processo gerencial, pois proporciona a sustentação para as decisões, permitindo à empresa alcançar seus objetivos pelo uso eficiente dos recursos disponíveis. Neste aspecto, uma das ferramentas de grande importância é a contabilidade, que, através de informações, permite ao gestor acompanhar o crescimento e desenvolvimento das empresas ao longo de períodos distintos, além de possibilitar uma visão mais real dos seus ativos e obrigações.

Considerando que a função do contador estará presente e sempre será necessária na vida de uma empresa, enquanto houver interesse no seu crescimento patrimonial e na busca de melhores resultados financeiros, uma questão é levantada: os interesses gerenciais das pequenas empresas vão de encontro aos objetivos dos escritórios de contabilidade?

Assim, o objetivo central deste trabalho está em caracterizar o pequeno empresário em relação ao uso de instrumentos contábeis para o controle gerencial da atividade. Mais especificamente, procuraram-se:

- a) verificar os tipos de informações repassadas pelo escritório de contabilidade às empresas;
- b) identificar o uso de instrumentos contábeis-financeiros para o processo decisório.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. A INFORMAÇÃO CONTÁBIL E SUA IMPORTÂNCIA NO CONTEXTO EMPRESARIAL

O estudo da informação tem tomado maiores proporções nos últimos anos, sendo cada vez maior o interesse de gestores e pesquisadores nessa ferramenta, que se apresenta como fundamental para a sobrevivência e o desenvolvimento das organizações. Diversos autores ressaltam a importância da informação na gestão das empresas. Para Sá (1998), ninguém hoje pode viver, nos campos sociais, científicos e profissionais, sem informações. Vieira (1996) resalta que, atualmente, as organizações capazes de absorver as informações e transformá-las em conhecimento são as que alcançam maior sucesso no meio empresarial. De acordo com Oliveira (1997), a informação proporciona a sustentação para as decisões, permitindo à empresa alcançar seus objetivos pelo uso eficiente dos recursos disponíveis, tais como pessoas, materiais, equipamentos, tecnologia, dinheiro, além da própria informação. Assim, verifica-se que a informação entra no cenário empresarial com um elevado grau de importância, podendo, até mesmo, determinar o sucesso ou fracasso das organizações.

De acordo com Abrantes (1998b), a contabilidade pode ser contextualizada como sendo um sistema de informação, cujo objetivo principal é o de fornecer dados que auxiliem

na tomada de decisão. Em sentido amplo, a contabilidade trata da coleta, apresentação e interpretação dos dados em informações econômicas e financeiras às empresas.

Assim, a contabilidade pode ser vista como uma ciência que trabalha diretamente com informações, apurando a riqueza das organizações, registrando todas as operações que modificam o patrimônio e medindo o lucro ou prejuízo em períodos distintos, tornando uma ferramenta de fundamental importância, em se considerando que tais informações serão utilizadas pelos administradores na gestão de seus negócios.

Desta forma, a informação contábil torna-se fundamental na atividade econômica e financeira das empresas, sendo considerada, na visão de Braga (1992), um recurso utilizado como meio para captar, registrar, acumular, resumir, medir, interpretar e controlar os fenômenos que afetam as situações patrimoniais, financeiras e econômicas das entidades.

Através dos relatórios gerados pela contabilidade, o gestor poderá conhecer mais precisamente sua empresa, podendo tomar as decisões que julgue necessárias a fim de aproximar de seus objetivos, garantindo sua sobrevivência, ou aumentando seu ciclo de vida.

Neste contexto, e diante da visão globalizada e de aumentos progressivos da concorrência que fazem com que os gestores se preocupem cada vez mais em reduzir custos, aumentar a produtividade e manter a qualidade dos produtos oferecidos aos clientes, é crescente o número de administradores que têm visto na contabilidade um instrumento de incremento na eficiência, através de um melhor direcionamento e planejamento das ações. Manter-se informado é, conforme Abrantes (1998a), a única possibilidade de manter-se de pé e crescer de acordo com os objetivos pré-estabelecidos.

Abrantes (1998b) afirma que uma gama muito grande de usuários recorre à informação contábil como forma de conhecer a eficiência da administração, os resultados econômicos alcançados pela empresa, a riqueza patrimonial, a capacidade de liquidez e a rentabilidade, como reflexo do índice de êxito empresarial ou como fonte de tributo para redistribuição de renda.

Desta maneira, tais informações contábeis dão suporte à tomada de decisão e auxiliam o gestor no diagnóstico dos pontos fracos e fortes da empresa como um todo, permitindo-o definir o destino da empresa, o que o permite saber o rumo que sua empresa está tomando, assim como evidenciar quanto às causas de tais aspectos, para que ele possa, a partir daí, se dedicar a uma análise mais profunda da organização, trazendo novas oportunidades, proporcionando melhorias e otimizações de funções internas e externas à organização, oferecendo melhores resultados e maiores benefícios aos clientes.

As informações contábeis são transmitidas aos gestores que, segundo Abrantes (1998b), irão interpretá-las de acordo com a compreensão dos conceitos, das definições e princípios de mensuração sobre os quais estão os dados. A eficiência da análise e o grau de importância das informações estão diretamente relacionadas ao conhecimento contábil e financeiro do usuário. Nesse sentido, Procópio (1997) afirma que toda e qualquer informação está diretamente relacionada com a racional utilização por parte do usuário, com intuito de apoio na tomada de decisão. Cada usuário visualizará a informação contábil e fará uso dela a serviço dos objetivos organizacionais.

Noronha (1987) considera que um sistema contábil eficiente, aliado ao bom senso do administrador no uso das informações contábeis, permitirá um diagnóstico realista de cada atividade produtiva e da empresa como um todo. A partir de tais informações poderão surgir inúmeras conclusões e interpretações com finalidades como as seguintes:

- a) orientar funções de rotina;
- b) medir o desempenho econômico- financeiro da empresa e de cada atividade produtiva, individualmente;
- c) controlar as transações financeiras das empresas;
- d) fornecer subsídios para as tomadas de decisões no planejamento da produção, dos investimentos, das vendas, etc;
- e) fornecer subsídios para as projeções de fluxos de caixa e necessidades de crédito;
- f) permitir a comparação da performance da empresa no tempo e destas com outras empresas;
- g) conduzir as despesas pessoais do proprietário e de sua família;
- h) justificar a liquidez e capacidade de pagamento da empresa junto aos agentes financeiros e outros credores;
- i) servir de base para seguros, arrendamentos e outros contratos;
- j) gerar informações para a declaração do imposto de renda.

Para Santos (1991), ainda que o sistema contábil sirva de base para a apuração do imposto de renda, é como instrumento gerencial que ele pode proporcionar ao empresário o lastro das informações necessárias a uma administração mais segura.

Qualquer tipo de empresa, independentemente do seu porte ou natureza jurídica, necessita manter escrituração contábil completa, para controlar o seu patrimônio e gerenciar adequadamente o seu negócio. Uma empresa sem contabilidade é uma entidade sem memória, sem identidade, e que terá dificuldades de sobreviver e crescer ou de planejar seu crescimento (Coelho Neto, 1997).

2.2. O PROCESSO DECISÓRIO NO ÂMBITO DAS EMPRESAS

O gerenciamento de qualquer empresa pode ser entendido como um processo contínuo e dinâmico de tomada de decisão. Para Mosimann (1993), não existe decisão quando se tem só um caminho a seguir, pois o processo decisório implica, necessariamente, na escolha entre duas ou mais alternativas. Quanto maiores forem as incertezas, mais difíceis e arriscadas se tornam as decisões empresariais, fazendo com que a tomada de decisão envolva constantemente um certo grau de risco.

No âmbito das empresas existem cadeias, pois a tomada de uma decisão leva à necessidade de outras decisões presentes ou futuras, quer no mesmo nível da estrutura, quer num nível inferior. Todas as decisões devem ser tomadas visando ao objetivo global da organização. Ao decidir o que fazer, o decisor deverá ter em mente os objetivos da organização e os resultados que deseja alcançar.

Ao se tomar uma decisão, o administrador deve analisar o ambiente externo e interno a que a organização se encontra, pois a empresa influencia o meio, assim como pode ser influenciada. Portanto, a cadeia de decisões não se relaciona apenas àquelas tomadas em nível interno, mas também às decisões externas, que por terem poder de alterar toda uma indústria

ou mesmo a sociedade, acabam fazendo com que outras empresas se encontrem obrigadas a tomar novas decisões.

Segundo Castle & Becker, citados por Mosimann (1993), o sucesso de uma empresa, quando medido em termos de rentabilidade, é determinado pela habilidade do seu administrador em tomar decisões. Neste sentido, a administração da empresa refere-se às decisões que afetam a sua lucratividade.

O lucro é o maior responsável pela existência e continuidade das empresas capitalistas, e por isso torna o objetivo principal das organizações. Assim, pode-se dizer que o lucro é sempre considerado no momento de se escolher o caminho ao qual a empresa deve seguir. Como exemplos de decisões tomadas por administradores em nível gerencial ou de alta administração e que afetam a rentabilidade, pode-se citar:

- a) produzir ou não, em função do retorno sobre o investimento;
- b) quanto produzir;
- c) como obter qualidade no produto;
- d) como incrementar a produção;
- e) como incrementar a lucratividade, em função da redução dos custos;
- f) determinar preços, etc.

De acordo com Mosimann (1993), para tomar decisões as pessoas necessitam de informações que lhes apresentem respostas às suas indagações. Em complemento, Oliveira (1986) relata que o processo administrativo apresenta a tomada de decisões como elemento básico, e para um adequado processo decisório é necessário ter um sistema de informações eficiente.

Assim, as informações fornecidas pela contabilidade podem e devem ser utilizadas como instrumentos para as tomadas de decisões.

2.3. INFORMAÇÕES GERADAS PELO SISTEMA CONTÁBIL

Para auxílio no gerenciamento, o contador dispõe de demonstrações financeiras, que constituem relatórios da situação econômica e financeira das empresas. Para Iudícibus e Marion (1990), relatório contábil é a exposição resumida de informações que objetiva relatar às pessoas que utilizam as informações contábeis os principais fatos ocorridos na empresa em determinado período. Tais relatórios devem conter informações que conduzam a decisões de menores riscos e otimizem os resultados.

Most, citado por Mosimann (1993), identifica vários usos e usuários das demonstrações financeiras. Dentre eles, enfatizaram-se:

- a) os relatórios financeiros servem, primariamente, àqueles usuários que têm autoridade limitada, aptidão ou recursos para obter informação e que confiam nos relatórios financeiros como sua principal fonte de informação sobre a atividade econômica de uma empresa;

- b) os relatórios financeiros provêm informações úteis para investidores e credores para previsão, comparação e avaliação do potencial de fluxo de caixa, em termos de valores, tempo e incertezas associadas à atividade da empresa;
- c) os relatórios financeiros provêm aos usuários informações úteis para previsões, comparações e avaliações do potencial de lucro da empresa;
- d) os relatórios financeiros suprem os usuários de informações úteis para o julgamento da capacidade de sua administração, a fim de que ela possa utilizar recursos efetivos para o alcance de seu objetivo primário.

As demonstrações financeiras são relatórios contábeis exigidos por lei para grande parte das empresas. São exigidos na totalidade para as sociedades anônimas, sendo alguns estendidos a outros tipos societários, pela legislação do imposto de renda. Almeida e Curi (1991) afirmam que as informações contábeis são o ponto de partida para elaborações de demonstrativos, que se constituem em instrumentos informativos para o empresário e a direção da empresa. Na literatura brasileira, os dois demonstrativos financeiros mais conhecidos e consagrados são o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício.

2.3.1. O Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial deve expressar o valor econômico das empresas, contendo informações de forma a auxiliar o administrador em decisões, tais como:

- a) vender ou comprar ativos permanentes;
- b) ampliar, manter ou reduzir o negócio;
- c) quanto manter de matéria-prima ou produto acabado em estoque.

Abrantes (1998b) descreve o Balanço Patrimonial como um demonstrativo financeiro que oferece uma visão estática da estrutura de capital da entidade em um determinado momento, refletindo os efeitos dos fatos administrativos sobre os elementos patrimoniais, fornecendo um resumo do que a empresa possui em termos de ativos, além do nível de comprometimento da empresa com seus credores e investidores.

Este demonstrativo permite aos administradores conhecer a situação patrimonial da empresa e suas variações ao longo de determinado período de tempo. É desenvolvido em torno da igualdade:

$$\text{Ativo} = \text{Passivo} + \text{Patrimônio Líquido}$$

O Balanço Patrimonial expõe monetariamente a estrutura do sistema operativo empresarial em seus componentes positivos e negativos. Os bens e direitos que a empresa possui são localizados no Ativo, que demonstra, portanto, as aplicações dos recursos disponíveis pela empresa. Já o Passivo mostra as obrigações que a empresa tem com terceiros, ou seja, as origens dos recursos aplicados no Ativo. A diferença entre Ativo e Passivo é chamada Patrimônio Líquido, que evidencia o capital próprio investido na empresa para obtenção de ativos (Abrantes, 1998b).

Para Iudícibus (1993), a conceituação e avaliação do ativo resulta em um dos tópicos mais importantes da teoria contábil, pois avaliações e interpretações errôneas podem comprometer a existência de qualquer empresa. A característica fundamental de um ativo é a sua capacidade de prestar serviços futuros à entidade, seja individual ou conjuntamente com outros e fatores de produção, capazes de se transformar, direta ou indiretamente, em fluxos de entrada de caixa.

2.3.2. Demonstração de Resultado do Exercício

A Demonstração do Resultado do Exercício é um demonstrativo contábil e dinâmico que apresenta, de forma resumida, as operações da empresa durante um exercício social. Esta apresentação é feita de forma dedutiva, onde são definidos: receitas, custos, despesas, ganhos e perdas do período, com a finalidade de revelar o desempenho econômico da entidade em forma de lucro ou prejuízo (Abrantes, 1998b).

É um relatório de muita importância, pois relata os resultados das operações e sua análise revela os motivos que fizeram com que a empresa tenha alcançado lucro ou prejuízo. Franco (1978) ressalta que a Demonstração de Resultado do Exercício indica as variações positivas e negativas do patrimônio, pondo em evidência o resultado positivo (lucro) ou negativo (prejuízo).

Neste mesmo sentido, Santos (1991) afirma que este demonstrativo tem como função designar as causas das variações patrimoniais em períodos de tempos determinados, permitindo que haja uma confrontação real entre fontes e usos de recursos, visando uma determinação precisa do resultado obtido.

A Demonstração do Resultado do Exercício não deve apenas oferecer informações sobre eventos já realizados, mas também daqueles que forem planejados, para serem confrontados com os resultados reais da empresa, o que possibilita um *feedback* com correção dos erros que causaram desvios.

O Balanço Patrimonial e a Demonstração de Resultado do Exercício fornecem informações de fundamental importância, permitindo que sejam calculados vários índices de desempenho que demonstrem a estrutura da empresa e informações úteis sobre a administração, o montante de recursos e os resultados obtidos.

METODOLOGIA

O presente trabalho utilizou-se da metodologia de estudo de casos, que, conforme Laville e Dione (1999), refere-se ao estudo de um caso específico que poderá ou não levar a generalizações acerca do tema estudado. Neste aspecto, Silva (1999) descreve que, mesmo não proporcionando bases para generalizações, o estudo de caso permite reunir um grande número de informações, com um grau de detalhamento que facilita uma melhor compreensão do fenômeno investigado.

Alencar (1999) apresenta o estudo de caso como a escolha de um objeto (indivíduo, conjunto de indivíduos, programa ou projeto de desenvolvimento, experimentos ou balanços

de empresas) a ser estudado, analisado a partir de diferentes paradigmas, com a utilização de métodos diversos, trabalhado em cenários sociais específicos – os casos.

O estudo de caso apresentado neste trabalho foi realizado em um escritório contábil no município de Ponte Nova – MG, onde as micro e pequenas empresas têm grande importância no desenvolvimento econômico.

A unidade amostral do presente estudo foi constituída de micro e pequenas empresas clientes do escritório de contabilidade, selecionadas ao acaso. Foram aplicados questionários semi-estruturados que possibilitaram caracterizar o pequeno empresário em relação ao uso de instrumentos contábeis para o controle das atividades. Por outro lado, buscou-se, também, verificar os tipos de informações repassadas pelo escritório de contabilidade às empresas.

Após esta etapa, os dados foram tabulados e analisados.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A maioria das questões inseridas no questionário se relaciona com informações contábil- financeiras. A seguir caracterizou-se o pequeno empresário em relação à utilização de informações contábeis para o controle de suas atividades.

Das empresas pesquisadas, 25% são de prestação de serviços e 75% são empresas comerciais. Constatou-se que 38% dos empresários pesquisados têm de 01 a 05 anos de experiência na atividade empresarial; 12% trabalham neste ramo de 06 a 10 anos; e a metade, 50%, têm mais de 10 anos de experiência no gerenciamento de seus negócios.

Em relação à utilização de registros e anotações para tomada de decisões, 62% têm anotações ou registros contábeis independentemente dos serviços do contador, formando um banco de dados para facilitar a tomada de decisões. Porém, na maior parte das vezes, observou-se que estas informações não são utilizadas, em função da falta de confiabilidade e desorganização dos dados. Grande parte dos empresários encontra-se alienada quanto à utilização da informação na gestão de seus negócios, baseando suas decisões apenas no *felling*.

No que tange à utilização de instrumentos para a organização, 75% se utilizam de microcomputadores e apenas 25% recorrem a profissionais da área contábil ou administrativa no gerenciamento direto de seus negócios. Desta maneira, percebe-se que os próprios empresários são os administradores de seus negócios, e que a utilização do escritório de contabilidade está mais relacionada ao atendimento da legislação fiscal.

Analisando as empresas em relação às informações que elas dispõem para tomadas de decisões, 63% afirmam saber o custo de seus produtos a qualquer momento, 75% afirmam saber o custo mensal da empresa como um todo, 63% afirmam ter controle permanente do inventário, 37% um orçamento ou um fluxo de caixa projetado, 50% a margem de lucro por produto no sentido de saber qual é o mais rentável e 75% dispõem de Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício, pelo menos uma vez ao ano. Em relação às dificuldades em interpretar os Balancetes e os outros relatórios contábeis apresentados pelo escritório de contabilidade, apenas 37% dos empresários alegaram que realmente têm tais dificuldades.

Apesar deste quadro, percebeu-se que o pequeno empresário conhece bem a parte comercial (produção e vendas), sendo pouco entendido em administração financeira. Dificilmente possui assessores para auxiliá-lo na administração e tem muita dificuldade em interpretar os Balancetes e outros relatórios contábeis apresentados pelo escritório de contabilidade.

Existem outras dificuldades em relação ao entendimento do sistema débito/crédito e à administração em geral, visto que, de acordo com um dos entrevistados, grande parte do que deve ser feito, em relação a inúmeras decisões e atividades relacionadas com a contabilidade, como tirar notas fiscais, pagar os impostos devidos, entre outras, são esclarecidos pelo escritório.

Na opinião da totalidade das empresas entrevistadas, nem sempre a contabilidade reflete sua realidade econômico-financeira. Este fato se dá, principalmente, porque a contabilidade trabalha com os custos históricos, ou seja, as aquisições de bens e direitos são registradas pelo preço de custo, sendo os ativos incorporados pelo preço pago para adquiri-los ou fabrica-los, mais todos os gastos necessários para colocá-los em condições de gerar benefícios para a empresa.

Normalmente, a contabilidade é realizada para atender as exigências fiscais e não como um instrumento útil para assessorar o pequeno empresário nas suas decisões. Uma contabilidade paralela, voltada para fins gerenciais, pode vir a apresentar a realidade econômico- financeira da empresa.

Dentre as empresas pesquisadas, observa-se que em 83% existe uma política de estoques definida, referente ao período de compra, volume de produtos, especificação de fornecedores.

Em relação à situação financeira, observou-se que 63% das empresas afirmam conhecer o capital de giro próprio, o que demonstra uma dificuldade das micro e pequenas empresas em tomar dinheiro em bancos, resultantes de uma inadequada política de crédito no país; 75% afirmam conhecer o seu grau de endividamento, os principais fatores responsáveis pela queda na rentabilidade, o nível do imobilizado e a composição de suas dívidas. Metade das empresas afirma conhecer as fontes de financiamento menos onerosas e as melhores alternativas de investimentos. Por fim, 63% afirmam conhecer a relação das despesas em relação às vendas.

Entretanto, observou-se que estas respostas foram baseadas no senso comum, não existindo nenhuma fonte de dados confiável, sendo que a quantidade e a qualidade destes dados não permitem que as informações sejam utilizadas eficientemente como instrumentos de administração financeira das empresas.

Pôde-se observar que a política econômica do governo tem afetado mais diretamente as empresas. Os encargos sociais e a carga tributária foram citados juntos por uma única empresa, que por ser enquadrada como lucro real, alegou que impostos como ISS, PIS, COFINS e principalmente o IR chegam a consumir 7% de seu faturamento bruto.

Não há dúvidas que fatores como juros altos, carga tributária e política governamental debilitam as pequenas empresas. Mas muito comumente, a má gestão empresarial acaba sendo

um dos principais fatores das dificuldades cruciais que muitas pequenas empresas estão atravessando.

Observa-se, dentre as empresas pesquisadas, que não há disposição em remunerar melhor o escritório de contabilidade, pois os benefícios decorrentes são considerados pequenos por 75% das empresas. Somente 25% acreditam que os benefícios chegam a ser grandes se comparados à remuneração paga ao escritório contábil.

Os serviços prestados pelo escritório de contabilidade são vistos sob diversos ângulos, sendo sua importância e sua utilização diferenciadas de empresa para empresa. As respostas mais comuns, ao se questionar a importância destes serviços para as empresas, estavam relacionadas às informações quanto às mudanças na política e leis tributárias do governo, ou seja, o administrador contábil, ou o contador, estava sendo utilizado apenas para fins fiscais. Parte da procura por escritórios de contabilidade está relacionada ao atendimento à legislação fiscal. Os empresários reconhecem a necessidade da contabilidade fiscal para o efeito da declaração do imposto de renda, sendo que poucos reconhecem a necessidade de um sistema de registro gerencial para sua própria orientação. Alguns vêm na contabilidade um importante instrumento para um melhor controle de seus estoques. Outros são mais taxativos, considerando que se não houver o escritório de contabilidade a empresa não funciona, indicando, muitas vezes, a falta de formação básica para gerenciar.

Porém, algumas empresas vieram a colocar em dúvida as respostas dos questionamentos feitos, pois responderam que *a contabilidade só é importante porque é obrigada por lei* e que só utilizam o trabalho do contador porque é exigido que toda empresa tenha um profissional formado cuidando da contabilidade, ou seja, se não fosse exigido, os próprios proprietários cuidariam do setor contábil de suas empresas. De acordo com o contador, o pequeno empresário recorre aos seus serviços interessados somente nas relações tributárias e fiscais, quase que exclusivamente para se livrarem de multas, impostos e encargos sociais.

CONCLUSÕES

A partir da análise geral dos resultados discutidos neste trabalho, pôde-se concluir que o papel da contabilidade de gerar informações que permitam a tomada de decisão não tem sido aplicado. Apesar de grande parte dos empresários manter alguma forma de anotação, são poucos os que mantêm registros mais apurados. Em certos casos, mesmo sendo apurados, os registros são pouco úteis às tomadas de decisão.

Apesar da importância da informação para o processo decisório, muitas vezes a realidade é outra quando se trata da tomada de decisão na pequena empresa. As decisões são efetivadas com base em poucas informações e da experiência, muitas vezes do próprio empresário, sem recorrer a profissionais capacitados.

Em se tratando de dados reais, o que se pôde observar é que existe uma grande lacuna entre o que os empresários dizem e a realidade, não existindo uma política de estoques definida, conhecimento imediato do seu capital de giro, do seu grau de endividamento, dos principais fatores que contribuem para a queda da rentabilidade, do nível de imobilização, da composição de suas dívidas (curto ou longo prazo), das fontes de financiamento menos onerosas e das melhores alternativas de investimentos. Neste sentido, pode-se dizer que o

pequeno empresário normalmente desconhece a verdadeira situação financeira de sua empresa.

Observou-se que os interesses do escritório de contabilidade poderiam ser melhor conjugados aos objetivos das pequenas empresas, que atualmente procuram o escritório de contabilidade somente para controles fiscais. Do mesmo modo, estas empresas deveriam contemplar a contabilidade como um poderoso instrumento nas tomadas de decisão, como um meio de administrar com segurança, com conhecimento de causa, detectando os seus verdadeiros problemas existentes.

A estrutura que a contabilidade tradicional se utiliza não favorece decisões no nível gerencial. A contabilidade tradicional não tem sido efetiva no que tange ao fornecimento de informações úteis para as decisões empresariais, limitando-se ao cumprimento legal.

O escritório, desta forma, deveria se preocupar em buscar oferecer informações úteis, objetivando apresentar valor aos seus clientes, encantando-os com informações que realmente os auxiliem. Isto mostra que os modelos tradicionais de contabilidade não conferem valor, sob o prisma do marketing, aos olhos do seu consumidor – a pequena empresa.

Como sugestão, partindo das necessidades dos pequenos empresários, o escritório de contabilidade poderia confeccionar relatórios mais úteis, mostrando a composição do seu endividamento, o comportamento de suas despesas/custos em relação às vendas, o seu nível de imobilizado, o capital de giro próprio bem como alternativas de investimentos. Tais relatórios devem conter informações objetivas, claras, relevantes, e serem as mais objetivas possíveis, reduzindo-se as dificuldades de interpretação por parte do usuário, podendo ser apresentadas em forma de conclusão, sempre sugerindo alguma decisão.

Assim, haveria uma contribuição mais efetiva para os pequenos empresários, tornando a contabilidade um instrumento mais útil para a tomada de decisões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANTES, J. S. O Papel da Informação Contábil num Mundo Globalizado. In: **Revista Brasileira de Contabilidade**. Ano XXVII, nº 110, p. 06-07, março/abril 1998a.

ABRANTES, L. A. (1998b). **Tipificação e caracterização dos produtores rurais através da utilização de informações contábeis**. (Dissertação – Mestrado em Administração Rural). Lavras: UFLA.

ALENCAR, E., GOMES, M. A. O. **Metodologia de pesquisa social**: UFLA/FAEPE, 1998.

ALMEIDA E CURI, M. I. de. (1991). **O fluxo econômico e o fluxo financeiro como instrumento de tomada de decisões**. (Dissertação – Mestrado em Administração Rural). Lavras: ESAL, 128p.

BRAGA, H. R. **Análise das demonstrações financeiras**: uma iniciação. São Paulo: Atlas, 1982.

COELHO NETO, P. **Micro e pequenas empresas: manual de procedimentos contábeis.** Brasília: CFC; Ed. Sebrae, 1997.

FRANCO, H. **Estrutura, análise e interpretação de balanços.** São Paulo: Atlas, 1978.

IUDÍCIBUS, S. de, MARION, J. C. **Manual de contabilidade para não contadores.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 1990. 266p.

LAVILLE C.; DIONNE, J. **A construção do saber.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 340p.

LESCA, H. e ALMEIDA, F. C. de. Administração estratégica da informação. In: **Revista de Administração**, São Paulo v.29, n.3, p.66-75, julho/setembro, 1994.

MOSIMANN, C. P. (1993) **O balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício como instrumento para tomada de decisões: uma proposta para as empresas pomicultoras.** (Dissertação – Mestrado em Contabilidade e Controladoria). São Paulo: FEA.

NORONHA, J. F. **Projetos agropecuários: administração financeira, orçamento e viabilidade econômica.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 1987. 269p.

OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas de informações gerenciais.** São Paulo: Atlas, 1997.

OLIVEIRA, D. P. R. **Sistemas, organizações e métodos.** São Paulo: Atlas, 1986.

PROCÓPIO, A. M. (1997). **A utilização de modelos decisórios contábeis pelo pequeno e médio produtor rural** – um estudo na região de Ribeirão Preto. (Dissertação – Mestrado em Contabilidade e Controladoria), São Paulo: FEA.

SANTOS, M. R. S. M. dos. (1991). **Contabilidade rural: um enfoque gerencial.** (Dissertação – Mestrado em Agronomia), Piracicaba: ESALQ, 274p.

VIEIRA, D. V. O que falta ao contador? In: **Revista Brasileira de Contabilidade.** Ano XXV, nº 101, p.61-62, setembro/outubro, 1996.

SÁ, L. de. Informação e explicação: Informática e Contabilidade. In: **Revista Brasileira de Contabilidade.** Ano XXVII, nº 113, p.38-41, setembro/outubro, 1998.

SILVA, A. L. A tecnologia da informação como instrumento de gestão para o setor agropecuário: um estudo da cooperativa regional dos cafeicultores de Guaxupé – Cooxupé/Minas Gerais – Brasil. In: **Congresso da Associação Brasileira de Administração Rural – ABAR**, Belo Horizonte, 1999.